**A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Juliana Hoffmann Schvanz Rogge[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

Este artigo visa abordar a temática da importância da ludicidade na área da educação especial, buscando compreender o que vem a ser a educação especial e como o lúdico pode ser utilizado e pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais. A ludicidade é uma prática que contribui de forma positiva na aquisição das mais diversas habilidades e conhecimentos, sendo que isso aconteça de forma prazerosa e diferenciada. Com o intuito de trazer uma breve reflexão aos professores e educadores com relação as suas práticas pedagógicas, este trabalho visa colaborar e motivar os mesmos para uma busca maior de conhecimento nesta área e consequentemente para uma maior iniciativa de usar essa ferramenta em sala de aula enriquecendo o conhecimento dos alunos com necessidades especiais através de atividades que proporcionem alegria, motivação, empatia, socialização e desenvolvimento cognitivo e motor. Por fim, a importância da ludicidade na educação especial se dá na instrumentalidade dessa prática possibilitando que o aluno alcance maiores progressos na aprendizagem e na aquisição das mais diversas habilidades e ao professor que se aperfeiçoe na sua prática educativa para com alunos com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Ludicidade. Educação Especial. Professores. Alunos.

**1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho propõe trazer uma reflexão sobre a importância do lúdico nas práticas pedagógicas com alunos com necessidades educacionais especiais. Iniciará conceituando Educação Especial e abordando os diversos olhares para pessoas com necessidades especiais ao longo da história e destacando ações e movimentos importantes para se chegar ao que se tem hoje como Educação Especial e Inclusiva.

Após esta primeira abordagem, segue-se para a reflexão de como o lúdico é importante para o processo de ensino e aprendizagem, o que estudiosos defendem sobre essa prática pedagógica e como esta contribui como uma ferramenta eficaz no processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar.

Por fim, é descrito de forma mais específica sobre a importância da ludicidade como prática com alunos com necessidades especiais. Qual o benefício que esta prática traz para que esta seja utilizada pelos educadores em suas atividades pedagógicas, visando trazer uma reflexão sobre como estas atividades lúdicas em sala de aula beneficiam o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

As atividades lúdicas são instrumentos que contribuem de forma positiva na aquisição de diversas habilidades do aluno, sendo ainda capaz de promover um aprendizado de forma prazerosa, desenvolvendo a imaginação, o raciocínio lógico, a expressão, superando desafios, formulando hipóteses, envolvendo ações estratégicas de disciplina e limites.

**2. A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**2.1 História e Conceito da Educação Especial**

Segundo Corrêa (2010, pag. 10) o preconceito e a discriminação sempre estiveram presentes no convívio com pessoas com deficiência, tanto que vários autores mostram as formas de tratamento que se dava aos deficientes nas diferentes épocas da história.

Ressalta que diante disso Roma deixou um grande legado, principalmente quanto às leis, aos avanços na medicina, aos progressos em termos de saúde pública, que garantiram a prevenção de muitas deficiências ou males que poderiam ser incapacitantes.

Afirma ainda que muitas vezes o sentimento que se tinha em relação aos deficientes era uma mistura de piedade e rejeição, cuidado e abandono, perseguição e proteção. Pois, para algumas pessoas, os deficientes não tinham virtudes, embora possuíssem alma. As culturas da época tinham grande dificuldade em entender as diferenças entre as pessoas e em como lidar com essas diferenças.

Porém, essa visão começa a mudar no fim da Antiguidade, quando na Idade Média, os deficientes são vistos pelo cristianismo de uma forma diferente. São agora considerados alguém que tem alma e, por isso não podiam ser eliminados, abandonados ou maltratados, sendo isso uma atitude inaceitável à moral cristã. Dessa forma, eles foram vistos como filhos de Deus e seres humanos como todos os outros (CORRÊA, 2010. p.13).

Corrêa em resumo diz que o convívio com pessoas com necessidades especiais foi regido, através dos tempos, por diferentes sentimentos e atitudes. Ocorreram fatos desde extermínios, humilhações, explorações e por outro lado, proteção e cuidado.

Citando Mazzotta (1999), Corrêa (2010, p. 13) afirma que:

Somente quando a mudança no quadro social ou o CLIMA SOCIAL apresentou condições mais favoráveis, depois do século XVIII, é que iniciativas de homens, mulheres, profissionais e deficientes começaram a aparecer, organizando medidas e propondo ações, visando ao atendimento das pessoas portadoras de deficiência, bem como sensibilizando a sociedade para o problema. Essas pessoas, que se tornaram líderes e representantes dos interesses e das necessidades dos portadores de deficiência, abriram espaços em diferentes áreas da vida social com o objetivo de ampliar os conhecimentos e encontrar formas para melhorar as condições de vida de tais pessoas (CORRÊA, 2010, p. 13).

Assim, ao longo da história fez-se necessário a organização de vários movimentos, como por exemplo, o primeiro Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, realizada em Brasília em 1980, e outros movimentos e entidades que foram surgindo nesse propósito, de lutar pela causa das pessoas com deficiências.

Outros exemplos foram: a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (Febec), a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef), estas entidades foram fundadas 1984.

Ressalta-se também que, no âmbito legal, a formulação e a implementação das políticas públicas no que diz respeito aos alunos com deficiências têm sido inspiradas por uma série de documentos contendo declarações, recomendações e normas jurídicas produzidas por organizações internacionais e nacionais envolvidas com a temática da deficiência.

Nesse sentido, é possível destacar que a Constituição Federal de 1988, garante como um dos princípios para o ensino, a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (artigo 206, inciso I), declara ainda que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "acesso aos níveis mais elevados o ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, V).

A Secretaria de Educação Especial do MEC (Seesp/MEC), desde 1994, no contexto da Declaração Universal dos Direitos do Homem, destaca e tem sempre presente em suas decisões os seguintes princípios: Todo ser humano é elemento valioso, qualquer que seja a idade, sexo, nível mental, condições emocionais e antecedentes culturais que possua, ou grupo étnico, nível social e credo a que pertença. Este valor é inerente a sua natureza e às potencialidades que traz em si.

Todo ser humano, em todas as suas dimensões, é o centro e o foco de qualquer movimento para a sua promoção. O princípio é válido, tanto para as pessoas normais e para as ligeiramente afetadas como, também, para as gravemente prejudicadas, que exigem uma ação integrada de responsabilidade e de realizações pluridirecionais (CORRÊA, 2010, p.55).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 96) o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os níveis – da escola básica ao ensino superior. Haja vista as portarias e demais instrumentos pelos quais a educação garante aos alunos universitários a presença de intérprete, tecnologia assistiva e outros recursos em sala de aula comum. Há que assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e prosseguimento do estudo desses alunos e não retirar o Estado, por nenhum motivo essa obrigação exigindo, postulando o cumprimento das leis, para atender as necessidades educacionais de todos.

Nesse sentido, essas garantias afirmam legalmente a inclusão das pessoas com deficiências no sistema público de ensino, não somente no ensino fundamental e médio, mas também no ensino superior. Há de ser mencionado também no que se refere ao ensino especial, que este não substitui o ensino regular. Os alunos com deficiências devem ser matriculados e a eles assegurados condições de permanência na escola, no ensino regular comum, para que de fato esse direito se evidencie na prática.

Dessa forma a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96 afirma que "(...) todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças (...)", acreditando que "todos os educados são capazes de aprender". Assim, o direito à cidadania de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais está sendo garantido.

No Brasil, a educação inclusiva que visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direto há igualdade (art. 5). Todos os seres humanos devem ser protegidos e respeitados com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A violação desses direitos afeta a dignidade ética de muitos outros direitos.

O artigo 8º da Lei 7.853/89 específica que recusar a inscrição de um aluno em qualquer escola, seja pública ou privada, por motivos relacionados a qualquer deficiência, é crime. Além de receber uma multa, os diretores ou responsáveis pela escola que se negar a matricular pessoas com deficiência podem ser punidos com reclusão de um a quatro anos. Não se nega a ninguém o direito a aprender e desenvolver suas capacidades/potencialidades, os direitos humanos são para todos independentemente de raça, classe social, gênero, etnia, religião entre outros.

Porém, o maior desafio para a escola é cumprir com eficiência a proposta de inclusão, ou seja, desenvolver um trabalho visando à educação para todos. Os tempos estão mudando e hoje já se encontram nas salas de ensino regular muito alunos com deficiências sensoriais, físicas ou mentais ao lado de crianças e adolescentes considerados normais. São as "escolas para todos", nas quais se reconhecem e se respeitam às diferenças, buscando promover a aprendizagem e atender às necessidades de iguais e desiguais.

## **2.2 A Ludicidade na Prática Pedagógica**

Baptista (2018, p.17) em seu livro Ludicidade e Educação: Diálogo, defende que:

Questões em torno do brincar, do jogo, do brinquedo e, mais especificamente, do lúdico em relação às crianças e ao processo ensino-aprendizagem estão hoje em dia ocupando um papel preponderante nas discussões sobre a formação do profissional da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, as práticas educativas e as escolas ainda estão distantes de um reconhecimento do lúdico como elemento cultural formador, pois essas atividades, com suas possibilidades de alegria, espontaneidade e de festa, estão sempre excessivamente carregadas do adjetivo educativo (MARCELLINO ,1990, p.85). Existe, na realidade, um adestramento do lúdico na tentativa de fazer da brincadeira, do jogo, um instrumento que deve preparar a criança para a seriedade futura (BAPTISTA, 2018, p. 17).

Na área da educação e da psicologia, as pesquisas mostram que os jogos e as brincadeiras são muito utilizados na educação infantil. Porém, no processo contínuo de reconhecimento, inserção, interação e ação da criança no mundo por meio do brincar, três fatores são determinantes: a qualidade de provisão de recursos para o brincar, o valor atribuído aos processos do brincar e o envolvimento dos adultos. Por isso, as práticas lúdicas constituem um recurso reconhecidamente capaz de conquistar as crianças e mediar o processo de ensino-aprendizagem.

Entende-se que existem inúmeras possibilidades de se conhecer e compreender os jogos e as brincadeiras, mas, em especial na educação, destaca-se "[...] a importância da dimensão lúdica nos processos de aprendizagem escolar como uma das condições para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes e, quem sabe, para uma recuperação do sentido original da escola" (BAPTISTA, 2018, p. 09).

Utilizado em sala de aula, o jogo educativo, na maioria das vezes vai além das brincadeiras e se torna uma ferramenta para o aprendizado. Na construção de aprendizagens, alguns jogos têm o propósito de auxiliar no desenvolvimento do raciocínio matemático e conhecimentos linguísticos dos alunos. Em outros momentos, eles os auxiliam no desenvolvimento afetivo, físico-motor e social.

Porém, o professor precisa respeitar o processo de cada um, para que o jogo não se torne um momento obrigatório e sim que seja um momento prazeroso e com significado para o aluno. Quando o professor incentiva o interesse por pesquisas, pelo desenvolvimento de trabalhos em grupo, pela busca por respostas por meio do lúdico, o aluno estará aprendendo de uma forma prazerosa a atividade proposta e, consequentemente, ao assimilar esses novos conceitos terá uma aprendizagem significativa.

**2.3 A importância do lúdico na educação especial**

Segundo explica Winnicott (2015, p.5), “o lúdico é estimado como sendo algo prazeroso, por conta da sua capacidade de absorver o indivíduo de modo total e intenso, proporcionando um clima de entusiasmo”. Assim, o aspecto lúdico é um instrumento de grande relevância para o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Destaca-se que o uso da palavra ludus compreende todas as definições de jogo. Nesse sentido, o conceito de lúdico abrange todos e quaisquer jogos infantis, sejam esses de competições, recreação, teatro, jogos, entre outros. Além disso, o significado da palavra ultrapassa o que se refere apenas as ações da criança, sendo que ludus inclui também as ações dos adultos, bem como os efeitos que são provocados por essas ações.

A ludicidade em uma atividade faz uso de objetos, geralmente de brinquedos, que produzam prazer. Assim, cabe ao professor auxiliar o aluno no aprendizado através de atividades prazerosas como o brincar, que se faz presente em todas as fazes do desenvolvimento. Em suma, lúdico é aquilo que promove prazer e alegria em várias situações e circunstâncias, proporcionam felicidade e bem-estar.

Em relação à educação inclusiva, esta acolhe todas as pessoas, sem exceção, estudantes com deficiência física, os que têm deficiência mental, os superdotados e para todas as crianças que são discriminadas por qualquer outro motivo. Sendo o papel do professor de auxiliar seus educandos com necessidades educacionais em todos os sentidos, acolhê-los independentemente de suas necessidades especiais, pois esse é o primeiro passo para se promover o acesso curricular a todos os alunos com necessidades educativas especiais no contexto escolar. Observar seus alunos, reconhecer suas capacidades, do que o educando já dispõe em relação aos conteúdos a serem trabalhados e quais as adaptações curriculares serão necessárias para os mesmos obter novos conhecimentos.

É indispensável usar da criatividade para trabalhar com os alunos na rede regular de ensino e isso faz toda diferença no desenvolvimento cognitivo de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, pois os mesmos possuem uma excelente criatividade, ou seja, dom artístico, e quando essa criatividade é bem aproveitada pelo professor essa situação favorece o ensino-aprendizagem dos educandos, sendo benéfico para os aprendizes e também para o professor.

Ressalta-se ainda que a criatividade é um estímulo complexo e enriquecedor do trabalho pedagógico e deve ser valorizado pelos docentes, como também, os ambientes formais e não formais.

O lúdico é essencial no desenvolvimento humano, não se referindo apenas ao brincar, mas como estimulador de relacionamento interpessoal, desenvolvimento da criatividade e de relações. Assim, a ludicidade não deve ser vista apenas como uma simples diversão, mas como estando ligada ao processo dinâmico da educação, com o propósito de conhecimento; contribui para a saúde física, emocional e intelectual, uma vez que está presente na cultura dos povos desde os tempos mais remotos.

Assim, entende-se que o brincar é uma forma de expressão, de comunicação e de interação do ser humano. É também uma atividade social de contexto cultural, em que os alunos utilizam a imaginação e a fantasia para interagir com a realidade. Dessa forma, através do brincar as crianças interagem com o mundo estimulando a iniciativa, a autoconfiança e a autonomia, fatores estes que são significativos para a aprendizagem do aluno. O brincar torna-se um importante momento de aprendizado, envolvendo a coletividade e a cooperação. A importância do brincar consiste em desenvolver relações que vão consolidando sua identidade, sua autonomia, sua percepção de si e do mundo que o cerca.

Porém, no contexto da educação especial afirma-se que os alunos com deficiência processam o aprendizado de forma mais lenta apresentando maiores dificuldades na compreensão dos conceitos. Por isso é muito importante atividades lúdicas adaptadas às deficiências que são apresentadas pelos alunos, sendo integradas aos conteúdos propostos para que dessa forma consigam um bom desempenho, sentindo-se incluídos no processo de ensino aprendizagem, com autonomia para realizá-las.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O trabalho desenvolvido teve como tema de discussão a importância da ludicidade na educação especial. Em primeiro lugar destaca-se como o convívio com pessoas com necessidades especiais foi sendo direcionado por diversos conceitos e preconceitos durante a história.

Na antiguidade as pessoas com deficiências eram tratadas com desprezo e humilhações. Após algum tempo, devido a visão do cristianismo, começa-se a difundir a ideia de que tais pessoas tinham também seu valor e necessitavam de atendimentos especiais. Foi a partir disso que começaram a surgir os movimentos em prol dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

Diante do novo olhar da sociedade para as pessoas com deficiência inicia-se um processo de inclusão, tanto na comunidade como nas escolas. E segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) o ensino especial passa a ser uma modalidade da educação, garantindo ao aluno com deficiência o direito ao estudo.

Em sequência trata-se da importância do lúdico como prática pedagógica e como estimulador e motivador do processo de aquisição de novos conhecimentos proporcionando um ambiente favorável e atrativo para os alunos. Pode-se dizer que o brincar traz inúmeros benefícios aos alunos, tanto no social, cognitivo, psicomotor entre outros, como oportunizando o aprendizado. A construção do saber com base no lúdico leva a criança, enquanto participa das atividades construir o seu eu, o mundo em que vive, socializando-o coletivamente de forma prazerosa.

Na educação, a ludicidade é apontada como um aspecto importante no processo ensino-aprendizagem. Pois, por meio dos jogos, dos brinquedos, das brincadeiras os alunos absorvem conceitos, abrem as portas da imaginação, e desenvolvem capacidades motoras, artísticas, criativas, cognitivas e sociais.

As atividades lúdicas apresentam diferentes formas de contribuir para a apropriação de conteúdos envolvendo dinâmicas, atividades adaptadas, onde os alunos absorvem de uma forma mais prazerosa os conhecimentos. Desse modo o professor, que desenvolve seu trabalho dentro do princípio da inclusão, é um pesquisador constante de alternativas e estratégias pedagógicas, visando oferecer uma aprendizagem de qualidade a todos, uma aprendizagem significativa e produtiva.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, ao concluir percebe-se o quão importante é a ludicidade na educação especial, assim como na educação em geral, onde o processo de ensino e aprendizagem é ricamente fortalecido através dessa ferramenta tão acessível a todos os educadores e alunos.

Cada aluno é um ser único que possui diferentes interesses e habilidades, cada um é um caso específico, uma personalidade que pode desabrochar de diversas maneiras se estimulada adequadamente e assim conseguir atingir seus objetivos.

Assim, o educador deve refletir e buscar um novo olhar para a prática pedagógica buscando a eficácia no processo de ensino-aprendizagem e considerando em meio as suas práticas em sala de aula a ludicidade como uma ferramenta de muita importância e muito proveito para a aprendizagem dos alunos, inclusive com necessidades especiais.

Considera-se, então que é de fato importantíssimo levar em conta as especificidades e particularidades de cada aluno, é preciso esforços para romper barreiras, eliminar preconceitos e garantir o direito a educação de qualidade e reconhecimento as diferenças.

**REFERÊNCIAS**

**ANJOS, A. D. (**2017). "A Importância da Educação Especial e sua Inclusão" em Só Pedagogia*.* Virtuous Tecnologia da Informação, 2008-2023. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/educacaoespecialinclusao/>. Acesso em 21 ago. 2023.

BABTISTA, Mauro Rocha. Ludicidade e educação: diálogos. Belo Horizonte, MG: EDUEMG, 2018.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. Educação especial v.1 Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

COTONHO, L. A, ROSSETTI, C. B, MISSAWA, D.D.A. Disponível em: [A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica (bvsalud.org](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542019000100005).). Versão impressa ISSN 1415-6954. *V*ersão On-line ISSN 2175-3474. Constr. psicopedagogia. vol.27 no.28 São Paulo  2019. Acesso em 21 ago.2023.

NASCIMENTO, N. S. (2019) "O Atendimento Educacional Especializado e o Aluno com Deficiência Intelectual: Desafios e Possibilidades" em Só Pedagogia. Virtuous Tecnologia da Informação, 2008-2023. Disponível em: http://www.pedagogia.com.br/artigos/deficienciaintelectual. Acesso em 21 ago. 2023.

OLIVEIRA, R. M. Educação Especial e Educação Inclusiva: Análise Histórica e Política, os Fundamentos do Ensino–Aprendizagem, a Influência do Brinquedo, Ambiente, Estímulos e a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Vol. 13. pp 288-309 Janeiro de 2017 ISSN: 2448-0959. Disponível em: [www.nucleodoconhecimento.com.br](http://www.nucleodoconhecimento.com.br). Acesso em 21 ago. 2023.

OUREIRO, Luciene Lopes de Freitas. Et al. **A importância da ludicidade na educação especial inclusiva.**Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 06, Vol. 11, pp. 176-192. Junho de 2021. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/especial-inclusiva>. Acesso em 21 ago. 2023.

ROSEMBACH, Carla RU: 2571151 ROSEMBACH, Ione RU: 725822 BONFIM, Lucilia Maria Goulart de Andrade. Ludicidade na Educação Especial. Disponível em >[Ludicidade na educação especial.pdf (uninter.com](https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/917/Ludicidade%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 22 ago. 2023.

1. Pós-graduanda em Educação Especial e Inclusiva pela FASUL Educacional. [↑](#footnote-ref-1)